

## 8º Encontro da Inter-Reformados / Lisboa

### Intervenção de Joaquim Pagarete

Estamos em vésperas da elaboração do Orçamento do Estado para 2019, o último Orçamento desta legislatura.

Têm tido lugar – e continuam a ter lugar – mobilizações nos mais diversos sectores, nomeadamente da Administração Pública (enfermeiros, médicos e restante pessoal hospitalar; docentes e auxiliares da acção educativa; etc.), todas chocando-se com as limitações impostas ao actual Orçamento do Estado.

O argumento central do 1º Ministro, António Costa, e do seu governo é sempre o mesmo: “*O dinheiro não chega para tudo*”. Será assim?

Ainda no mês passado a Comunicação social divulgou uma notícia dando conta que o recém-nomeado Presidente do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal terá um aumento de 76% na remuneração. Trata-se de Nuno Fernandes, Director da *Lisbon School of Business and Economics* (Faculdade de Economia e Gestão) da Universidade Católica (Foi bem “escolhido”!). E uma vogal nomeada para esse Conselho também vai ganhar mais do dobro da sua antecessora! (Também foi bem “escolhida”!).

Nos documentos que foram distribuídos nas pastas para este Encontro (em particular na Moção que tem por título “*As pensões e os salários a que temos direito*”) estão citados muitos outros factos que vão todos no mesmo sentido. É o caso dos 2500 milhões de euros em benefícios fiscais que foram dados às empresas em 2016 (e, seguramente, ainda mais em 2017); ou dos encargos de quase 1200 milhões de euros com as parcerias público-privadas, inscritos no Orçamento do Estado para 2018; ou, ainda, dos 850 milhões de euros para o Fundo de Resolução dos bancos.

Poderemos então concluir que, afinal, existe muito dinheiro, mas que ele continua a ser cada vez mais mal distribuído.

Porque não são pagas, aos reformados e aposentados, as pensões dignas a que todos temos direito?

Sabemos que os governos nunca nos deram nada de “mão beijada”! Tudo o que conseguimos, de sólido e consolidado, foi sempre o produto da nossa luta, da nossa mobilização.

Assim, mobilizados com as nossas organizações sindicais não deixaremos que o próximo Orçamento do Estado continue na mesma linha dos anteriores: é o nosso poder de compra, é o nosso direito à saúde e ao descanso (depois de uma vida de labuta) que estão a ser postos em causa!

Para isso, deveremos ir afirmá-lo, em massa, onde isto se decide: na Assembleia da República! Tal como o conjunto dos professores, com as suas organizações sindicais, fizeram em Novembro do ano passado, em defesa da contagem integral do seu tempo de serviço. Ou como a CGTP, com todos os seus sindicatos, vai fazer no próximo dia 6 Julho, exigindo a revogação das normas gravosas do Código do Trabalho, apelando a todos os trabalhadores (sindicalizados ou não) a participarem nesta concentração na AR.

Sendo esta a situação em relação ao Orçamento do Estado, irão os partidos políticos que têm viabilizado a continuação desta solução governativa – nomeadamente o Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda – aceitar que um Orçamento continuador do anterior venha a ser aprovado?